

Edificando a diferença: mecanismos de Biopoder durante a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira

Tiago de Jesus Vieira¹

Resumo: Este trabalho tem por finalidade realizar uma transposição conceitual de alguns postulados desenvolvidos pelo filósofo/historiador Michel Foucault, com intuito estabelecer uma reflexão acerca da sociedade de Ilha Solteira-SP, no decurso da construção da usina hidrelétrica homônima, em especial entre os anos de 1965 – 1974, período este em que a empresa responsável pela edificação da usina possuía maior controle sobre as pessoas na localidade. Para isto valer-se-á principalmente do conceito de biopoder, que versa acerca de intervenções minúsculas na vida das pessoas, por meio de elementos disciplinares e de gestão da vida.

Palavras-Chave: Relações de Poder, Biopoder, Ilha Solteira – SP.

Edificando la diferencia: mecanismos del Biopoder en la construcción de la Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira

Resumen: Este trabajo pretende realizar una transposición conceptual de algunos postulados desarrollados por Michel filósofo / historiador Foucault, a fin de establecer una reflexión sobre la sociedad de Ilha Solteira - SP, durante la construcción de la central hidroeléctrica del mismo nombre, sobre todo entre los años 1965 - 1974, período en el que la empresa encargada de la construcción de la planta tenía más control sobre las personas en la localidad. Para afirmar que será sobre todo en el concepto de biopoder, que cubre alrededor de las intervenciones sensibles en la vida de las personas a través de elementos disciplinarios y de administración de la vida.

Palabras Clave: Relaciones del poder, Biopoder, Ilha Solteira - SP.

No decurso de sua trajetória acadêmica o filósofo/ historiador Michel Foucault desenvolveu um vasto aparato conceitual destinado à compreensão das relações de poder que regiam uma dada sociedade. Embora as análises desenvolvidas por este pesquisador percorram diferentes territórios e temporalidades, em linhas gerais, as pesquisas com maior ênfase nas relações de poder se concentraram de maneira mais acentuada na Europa, durante os séculos XVII e XIX.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso; Orientador Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho.

Neste sentido, este trabalho propõe uma transposição conceitual do trabalho desenvolvido por Michel Foucault, com intuito de refletir sobre a sociedade de Ilha Solteira-SP, no período da construção da usina hidrelétrica homônima. Para isto valer-se-á principalmente do conceito de biopoder que versa acerca das intervenções minúsculas sobre a vida das pessoas, provocadas pela junção entre práticas disciplinares que já existiam desde o século XVII e elementos de preocupação com a gestão da vida, que vão surgir cerca de cinquenta anos depois, já no século XVIII. Mesmo sendo criadas em distintos momentos, estas práticas vão ser somadas e cristalizadas pela ação de instituições. Para Peter Pál Pelbart, “embora separados no início, a disciplinalização dos corpos e a regulação da população acabam confluindo” (PELBART, 2003, p.19), a disciplina é essencial, pois se dirige ao corpo, como possibilidade de reger o homem enquanto indivíduo, por meio de instrumentos de vigilância, treino e punição. Já ações de gestão da vida dirigem ao homem enquanto pertencente a uma massa global, afetada por elementos próprios da vida, como a própria morte, ou a ameaça de uma doença.

Entretanto, é válido destacar que este conceito desenvolvido por Michel Foucault permite uma imensa possibilidade de reflexões, o que de certo modo não incide num processo simples. Uma vez que, ajustar um conceito para uma outra sociedade, em outro recorte temporal, por vezes pode incidir num anacronismo e/ou em interpretações equivocadas acerca de determinado conceito. Com intuito de limitar este abismo gerado por esta transposição conceitual, seguir-se-á com maior ênfase um método desenvolvido pelo próprio autor (FOUCAULT, 1995), para análise das relações de poder; este por sua vez considera que estas relações se dão em função de 05 elementos principais: sistema das diferenciações; tipo de objetivos; modalidades instrumentais; formas de institucionalização e graus de racionalização.

Portanto, o objetivo deste trabalho é compreender as minúcias das relações que envolvem a utilização de mecanismos de biopoder pela empresa responsável pela implantação da usina hidrelétrica de Ilha Solteira, para observar estas relações. Neste sentido, o que Michel Foucault classifica como sistema de diferenciações, é a forma desigual com que indivíduos, se apresentam diante de outros indivíduos, estas diferenças podem ser da ordem jurídica, econômica, profissional, linguística, cultural, de habilidade ou

competência e etc.. Desta forma, toda relação de poder passa por algum tipo de diferenciação. No caso de Ilha Solteira, a empresa que edificou a usina e como suporte para sua implantação, também edificou um perímetro urbano que seria capaz de abrigar até 50 mil trabalhadores. Entretanto, valeu-se de um método de divisão sócio-profissional, no qual as outras diferenças eram praticamente agregadas à classificação da CELUSA (Centrais Elétricas do Urubupungá S.A.), empresa que depois foi incorporada a CESP (Centrais Energéticas de São Paulo), manteve o sistema de classificação, que separava os sujeitos por níveis de 1 a 6, sendo que remuneração, habitação, lazer estavam diretamente articuladas a este sistema de classificação, que seguiam uma ordem crescente.

Este modelo fora sugerido a fim de sanar uma preocupação que está presente no plano gestor de construção do perímetro urbano de Ilha Solteira, que era garantir um tratamento diferenciado para os funcionários com maior grau de instrução. Desta forma, este sistema possibilitava atrair, para a região “inóspita”, engenheiros e médicos. Já quanto aos trabalhadores de estratos menores (1 e 2), não se deveria preocupar pois tudo em Ilha Solteira seria um “Admirável Mundo Novo²”. O fato de ter uma casa e poder desfrutar de um clube, ter hospital por perto e acesso à escola para os filhos, significaria muito para estes trabalhadores de origem regional.

Michel Foucault³, por vezes, chamou a atenção para o fato de que as relações de poder não somente devem ser associadas a aspectos negativos. É justamente neste ponto que os mecanismos pautados na gestão da vida podem ser visíveis. Pois, atuam de forma dupla, se pelo lado positivo garantiu-se acesso a casa, saúde, educação e lazer, que boa parte dos moradores da região realmente não tinha acesso anteriormente, em contrapartida compartilhavam de uma situação visivelmente assimétrica de poder.

O tipo de objetivo é o modo como uns agem sobre os outros, neste caso, os benefícios desfrutados pelos funcionários de níveis menores eram ínfimos se comparados aos dos estratos mais elevados. Além de garantir a

² PLANO gestor de construção do complexo urbano de Ilha Solteira. (s./l.), [1965-7?]. p.34. Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

³ cf. FOUCAULT, Michel. **Micro-física do Poder**. Tradução Roberto Machado. Edições Graal: Rio de Janeiro. 23 ed., 2007, *passim*.

manutenção dos privilégios, permitia a operacionalidade da autoridade estática. A existência de um hospital que pudesse atender os mais necessitados é uma tática que pode ser enquadrada, como aquela de cordão sanitária, que graças ao tratamento dos pobres, garantia aos ricos não se vitimarem pelas doenças dos pobres (FOUCAULT, 2007, p. 263). Ao construírem um clube para os níveis 1 e 2, e outro para os 3 e 4, garantiam aos níveis 5 e 6, não compartilharem do mesmo espaço que seus subordinados. Se por um lado, proporcionou educação básica aqueles que jamais haviam frequentado uma sala de aula, por outro, supriu uma demanda da empresa na formação de engenheiros elétricos, mecânicos e civis, com a implantação em 1976 da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ao garantir uma habitação para os trabalhadores deixou aqueles que tinham a classificação mais baixa, no extremo oposto dos com estratos mais elevados. Este esquadramento disciplinar do espaço da cidade permitiu uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos nos primeiros anos⁴.

Havia uma distinção nítida entre os bairros – passeios – de chefes e os de subordinados. Em 1973, Ilha Solteira contava com 5.144 residências, distribuídas da seguinte forma: 370 casas do tipo 1; 2.894 casas do tipo 2; 1.032 casas do tipo 3; 504 casas do tipo 4; 108 casas do tipo 5; 164 casas do tipo 6. As casas dos trabalhadores de classificação profissional menor, como os de nível 1, 2 e 3, em sua grande maioria encontram-se na parte norte da cidade, e os passeios que fazem menção as regiões norte e nordeste do Brasil. Já as casas dos níveis 4, 5, 6 estavam alocadas no sul da cidade, e os passeios recebiam nome das regiões mais “desenvolvidas” do país, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo a elevação a município em 1989, pouco modificou esta situação, continuando a haver uma nítida separação entre as regiões de pobres e ricos, pois as pessoas continuaram morando em suas casas, carregando uma herança de superioridade ou, na maioria dos casos, de inferioridade.

Segundo Gilval Mosca Froelich, o grande problema deste modelo de edificação de residências é o fato de retirar do sujeito à liberdade de escolher

⁴ cf. CESP. **A cidade de Ilha Solteira**: relatório dos cinco primeiros anos da área urbana. (s.l.),1974. Documento encontra-se na caixa arquivo nº135 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

onde se quer morar. De modo que, em uma cidade “normal”, as diferenças são determinadas pelo “mercado”, o que em tese permite a cada um viver onde bem entender. Já, “em Ilha Solteira, as diferenças foram impostas arbitrariamente, de cima para baixo, impedindo a livre manifestação das pessoas” (FROELICH, 2001, p.84-5).

Outro problema deste sistema de edificação de residência, que levava em conta a função sócio profissional, é o fato de não permitir aos trabalhadores morarem perto de parentes e amigos, esta que por sua vez, era uma prática comum entre trabalhadores que praticavam o êxodo rural, pois ao migrarem para as cidades “normais” geralmente procuravam preservar o mínimo da vida em comunidade, o que permitia uma melhor adaptação a vida urbana. O que não poderia ser feito em Ilha Solteira, pois não havia escolha das casas, nem dos passeios onde se iria morar. Isto cabia unicamente e exclusivamente a empresa, que sempre seguia rigorosamente a função profissional do chefe da família para a distribuição das casas. Além disso, os trabalhadores com menor nível de classificação sócio-profissional que eram solteiros, não tinham direito a morar em casas, sendo reservado a estes morar nos alojamentos, que tinham um rígido controle da empresa, por meio de “revistas diárias, com exceção aos domingos e feriados, nos alojamentos com a finalidade de reprimir o consumo de bebidas alcoólicas clandestinas, jogos de azar, apreender armas e afastar estranhos⁵”.

Cabe destacar que um dos maiores motivos para que houvesse estas revistas diárias não era a preocupação com a segurança dos trabalhadores, e sim impedir que estes consumissem a aguardente, que era considerada bebida clandestina em Ilha Solteira, e tinha sua venda proibida devido ao seu baixo custo e auto poder de embriaguez. Entretanto, as ações do departamento de segurança iam muito além destes dois aspectos apresentados, e extrapolavam a legalidade, como pode ser visto no relatório anual de atividades⁶, que na sessão de segurança publica apresenta aqueles que seriam os principais motivos para a manutenção da “tranquilidade” em Ilha Solteira.

⁵ CESP. **Relatório anual de atividades de 1974**. (s.l.), [1975?], p.134. *Documento encontrado na caixa arquivo nº137 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.*

⁶ *Idem, op.cit, loc. cit.*

- a) proibição de bebidas alcoólicas de baixo custo, especialmente aguardente;
- b) fiscalização rigorosa contra o uso de armas de qualquer espécie;
- c) combate ao meretrício;
- d) policiamento ostensivo durante 24h ininterruptamente nos pontos criticamente;
- e) vigilância noturna nas áreas residenciais
- f) rondas noturnas e viaturas de hora em hora das 21h as 6h da manhã;
- g) revistas diárias, com exceção aos domingos e feriados, nos alojamentos com a finalidade de reprimir o consumo de bebidas alcoólicas clandestinas, jogos de azar, apreender armas e afastar estranhos;
- h) recolhimento de indivíduos alcoolizados mantendo-os sobre custódia até se recuperarem;
- i) afastamento do núcleo residencial de desocupados e pedintes;
- j) identificação de qualquer pessoa estranha perambulando pelo núcleo e que inspire desconfiança;
- l) vigilância severa sobre elementos suspeitos de uso de entorpecentes de qualquer espécie;
- m) fiscalização nos refeitórios nos horários de distribuição das refeições;
- n) proibição de vendas a domicílio de qualquer objeto;
- o) apreensão de bebidas quando em poder de elementos alojados que desembarcam dos ônibus procedentes das cidades vizinhas;

Cabe destacar que mesmo Ilha Solteira chegando a ter mais de 30 mil habitantes, esta não era um município emancipado e nem mesmo um distrito. De modo que não havia entidades governamentais no modelo tradicional, como uma polícia militar. Neste sentido, fora implementado um forte aparato de vigilância que extrapolava em muito as funções padrões de segurança pública. Isto por sua vez só era possível pelo fato desta função ser feita pela AEIS (Administração Especial de Ilha Solteira), órgão criado pela própria CESP, e ter a sua frente, por muitos anos, um administrador que era militar. Esta que segundo o sociólogo Antonio Carlos Bôa Nova era uma prática comum na CESP, que por décadas apresentou uma postura muito próxima aos militares, inclusive fornecendo a estes cargos de diretoria e chefia (NOVA, 2000, p.71).

Além disso, esta ligação da AEIS com a CESP, permitiu que nos primeiros 5 anos houvessem sido catalogados cerca de mil desordeiros⁷. Desta forma, qualquer constrangimento causado por um funcionário, mesmo fora de seu expediente, poderia ser utilizado pela empresa para mapear os que precisavam ser demitidos, que não foram poucos, nos anos que seguiram a construção da usina.

⁷ CESP. **Relatório anual de atividades de 1972.** (s.l.), [1973?]. *Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.*

Outro ponto que deve ser explorado acerca deste sistema de classificação sócio profissional foi o fato de criar uma espécie de vínculo integral do sujeito enquanto funcionário da empresa. Pois, seu nível classificatório o acompanhava até o seu local de residência. E sem dúvida, o maior problema desta classificação ocorria nos clubes que foram construídos pela empresa para em tese possibilitar lazer aos funcionários, mas na prática isso acabava por demonstrar toda a segregação existente no núcleo urbano, em função deste sistema, uma vez que foram construídos três clubes: o SRTU (Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubúpunga) destinados a trabalhadores de níveis 1 e 2; o SEIS (Sociedade Esportiva Ilha Solteira) para níveis 3 e 4; o CAIS (Clube Atlético Ilha Solteira) para níveis 5 e 6. Não era permitido a um trabalhador de nível inferior frequentar um clube de extrato superior, embora o oposto fosse possível. Na prática isto gerou uma série de problemas, como o caso de uma professora que se casou com um “peão”, e este era impedido de frequentar o mesmo clube que ela (FROELICH, 2001, p. 84).

Entretanto, a CESP faz questão de destacar, em seu álbum a respeito da história do município, que os padrões “culturais” da cidade sempre foram bem diversificados se comparados aos demais municípios da região. De modo que, Ilha Solteira veio a se tornar “parâmetro” devido ao poder aquisitivo de quem trabalhava na construção da usina ser elevado, e isto “influenciou a cultura regional que passou inclusive a cultivar novos hábitos de convívio social, tais como bailes, apresentação dos artistas mais populares da época e o consumo de produtos até então pouco usuais na região” (CESP, 1988). Conforme o documento, graças ao intermédio da CESP, a região conheceu um “alto padrão cultural”, como destaca outro trecho, ao ressaltar que “artistas populares da época que dificilmente se deslocavam para pequenas cidades do interior, apresentaram-se nos clubes da cidade. Elis Regina, Chico Buarque, Gilberto Gil, Tom Jobim, Toquinho e Vinicius de Moraes” (CESP, 1988, p.33).

Entretanto, o que a empresa não faz questão de destacar é que estes shows geralmente ocorriam no CAIS, que tinha sua entrada permitida apenas para os sócios que eram de nível 5 e 6, e quando estes *shows* permitiam a entrada das demais pessoas da sociedade, o valor da entrada era muito aquém das condições destes trabalhadores. Além disto, o fato de ser destacado que a

empresa influenciou na cultura regional, pois os seus funcionários passaram a cultivar novos hábitos que até então existiam na região, não passa de uma forma sutil de sublinhar que a população regional supostamente “não tinha cultura”. A defesa do padrão cultural que a empresa tentou instituir em Ilha Solteira está relacionada a dita MPB (Música Popular Brasileira), fato que também pode ser constatado com a criação do festival nacional de MPB de Ilha Solteira⁸ ainda na década de 1970.

Neste sentido, é válido destacar que aparentemente estes *shows* eram realizados para agradar aos funcionários dos níveis mais baixos, até porque, como fora posto, estes não tinham a entrada permitida e muito menos podiam escolher os *shows*. O que parece é que uma minoria privilegiada, de funcionários de alto escalão da CESP, intermediava estes eventos, tentando instaurar um novo “padrão cultural regional” e atribuir a este padrão como típico da região, o que de certa forma é um modo de buscar uma normatização da identidade regional, por meio de um padrão imposto pela empresa.

Isto demonstra que as relações de poder em Ilha Solteira vão além da lógica puramente disciplinar, pois estão inseridos muitos elementos biopolíticos na prática governamental da CESP. Esta preocupação com a gestão da vida difere de uma sociedade estritamente disciplinar, sendo que o modelo de administração lembra o de uma sociedade de controle. Gilles Deleuze aborda que mecanismos de poder calcados apenas na disciplina seguem a lógica da fábrica, na qual o trabalhador é um produtor inconstante de força de trabalho, submetido a um trabalho exaustivo, em troca de um pequeno salário. Já nas sociedades de controle, este modelo da fábrica é substituído pela empresa, que se vale de táticas como prêmios para estimular a concorrência entre os trabalhadores. Em vez do salário homogêneo como acontecia numa fábrica, passa-se a estimular “uma rivalidade inextinguível como a emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 1992, 221-2), atribuindo assim o princípio do salário por mérito. Neste sentido, “o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica

⁸ Sobre os festivais Nacionais de Música Popular de Ilha Solteira, pode se ler melhor em SILVA, Patrícia Garcia da. **Representação do Brasil no Festival Nacional de MPB de Ilha Solteira: 1997 a 2004**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2004.

o fato de que tem como alvo o corpo humano, não suplicia-lo, multilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (MACHADO, 2007, p. XVI).

As relações de poder também passam por modalidades instrumentais, são estas que fazem com que o poder permita a manutenção de uma dada situação. No caso de Ilha Solteira, levantamentos estáticos realizados de forma sistemática tinham por finalidade mapear todos os aspectos da vida dos funcionários da empresa, por meio de extensos questionários que interrogavam sobre saúde, educação, lazer, habitação e etc. Com base nos dados fornecidos por estas pesquisas era possível ter uma melhor gestão da população, evitando assim que estes interferissem no andamento da obra.

Cabe destacar que este modelo de classificação desenvolvido pela CELUSA, e que depois foi mantido, quando a empresa foi incorporada pela CESP, utilizado na distribuição espacial das casas e dos clubes, favoreceu o aparato de vigilância dos perturbadores da ordem, como revela o relatório anual de 1970⁹, que destaca que nos primeiros 5 anos já haviam sido catalogados cerca de mil desordeiros. O serviço de vigilância e catalogação dos perturbadores da ordem era feito pela AEIS (Administração Especial de Ilha Solteira), entidade que estava sob a tutela da CESP. Desta forma, qualquer constrangimento causado por um funcionário mesmo fora de seu expediente poderia ser utilizado pela empresa para mapear os que precisavam ser demitidos, que não foram poucos, nos anos que seguiram a construção da usina.

Este sistema de correlação entre AEIS, órgão responsável pela gestão do perímetro urbano de Ilha Solteira, e a CESP, encarregada da construção da usina, demonstra uma outra modalidade pela qual passa uma relação de poder, as formas de institucionalização que legitimam e garantem a manutenção de uma dada situação. No caso em questão a inexistência de uma prefeitura municipal permitiu à empresa responsável pela usina o pleno direito sobre o perímetro urbano e intervenção na vida de seus mais de 30 mil habitantes. No auge da edificação, era de responsabilidade da AEIS, além do serviço de segurança pública, saúde, educação e até mesmo coleta de lixo.

⁹ CESP. **Relatório anual de atividades de 1970**. (s./l.), [1971?]. Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

Por fim, o quinto e último ponto estabelecido por Foucault para a análise de uma relação de poder trata dos graus de racionalização, empreendidos numa dada situação, afim de garantir eficácia dos instrumentos e a certeza de resultado. As outras quatro formas de atuação do poder, expostas anteriormente, demonstram claramente a forma racional com que a CESP lidou com os mecanismos de biopoder, aliando ação disciplinadora e de vigilância, com práticas de gestão da vida, por meio de uma estrutura hospitalar e escolar, até o então momento não muito acessível na região.

Além disto, a empresa também subsidiava a manutenção de um jornal, que funcionava como um elemento de função ideológica para o bom andamento da obra. O periódico em questão originalmente possuía o nome de S.E.U. (Sociedade Esportiva Urubúpunga). A partir de 1966 ganhou o nome de “O Barrageiro¹⁰”, este que era o mesmo nome atribuído às pessoas que trabalhavam na construção de usinas hidrelétricas na região. Cabe destacar que este se tratava do único periódico de circulação local, que fora desenvolvido em 1962, para noticiar eventos relacionados à construção da usina de Júpia, a primeira do complexo que ganhou o nome de Urubupungá. A partir de 1969, o jornal migra para o recém construído núcleo urbano de Ilha Solteira, onde foi publicado até 22 de março de 1974. Com uma tiragem que variou entre 6.000 e 8.000 exemplares, este jornal apresentava uma periodicidade semanal e, como o seu nome já destacava, tinha a intenção de ser destinado à “classe” trabalhadora. Entretanto, os responsáveis pela linha editorial eram pessoas que tinham estrita ligação com a empresa responsável pela construção da usina.

Os principais aspectos apresentados nas matérias deste periódico procuravam valorizar os feitos dos trabalhadores e a chegada do progresso a região. Neste sentido, este jornal tinha por finalidade funcionar como mecanismo ideológico a serviço da empresa responsável pelo projeto - CELUSA/CESP¹¹ -, por meio de notícias que valorizavam o papel do barrageiro

¹⁰ Nas pesquisas neste dado periódico fora consultado apenas os exemplares entre 1966 e 1974, este recorte se dá em função do início oficial da construção da usina datar de 1966. Em 1974 este período deixa de circular. Neste sentido, embora estivesse à disposição os exemplares deste periódico entre 1962 e 1965, estes não revelavam muito acerca do objetivo central da ida a este periódico. A coleção deste periódico pode ser encontrada na sessão Barrageiros do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas.

¹¹ A CELUSA (Centrais Elétricas de Urbupunga S. A.) foi criada em 1961, com objetivo de implantar usinas hidrelétricas no rio Paraná, na região homônima. Esta empresa foi incorporada

e a importância de trabalhar para uma empresa grandiosa. A junção destes dois aspectos pode ser observada nesta matéria do dia 08 de abril de 1971, que apresenta o título de “Ilha tem novo recorde na concretagem”:

Mais uma vez a CESP acaba de superar seu próprio recorde mensal de aplicação de concreto. Isso quer dizer que jamais houve no Brasil, em obras do gênero ou de quaisquer outros tipos, tal produção em trabalhos de concretagem.

Esse recorde pertence à CESP desde março de 1970 quando, naquele mês lançava nas obras de Ilha Solteira, a soma de 58.975 metros cúbicos de concreto. A partir daí foi, gradativamente, superando as suas melhores marcas de produção até alcançar o impressionante número de 96.690 metros cúbicos de concreto lançados nas estruturas da mesma barragem, em um só mês. Mas, as pretensões da empresa não param aí. Para acompanhar o rígido cronograma da obra, há um esforço conjunto de todas as firmas que participam desse grandioso empreendimento.

Elas buscam o constante acréscimo de produção na melhoria do equipamento e das técnicas empregadas na consecução dessa monumental tarefa. Para isso, todas as frentes de trabalho são consideradas igualmente importantes. O fornecimento de agregados (cascalho e areia) recebeu, há tempos, outra draga, duas novas barcas, etc.; o tráfego de maquinaria dentro da ensecadeira foi objeto de um acurado estudo e resultou num bem estruturado plano de transportes, enquanto que a experiência obtida nesses anos de trabalho pioneiro representa outro decisivo de maior produtividade¹².

A constante difusão de matérias como esta que tinha a finalidade motivar os trabalhadores, demonstrando a grandiosidade de seus feitos, bem como os da empresa para qual trabalhavam, era uma constante nas páginas deste jornal, como também pode ser observado nos títulos de algumas outras matérias como: Cesp organiza exército de trabalhadores¹³; Aqui morrem menos crianças¹⁴; Cesp, o maior capital da América latina¹⁵; Ilha solteira, uma cidade *sui-generis*¹⁶. Além disto, é válido destacar que na matéria em questão destacava-se que nunca fora feita uma concretagem tão grande na história do Brasil, e que os trabalhadores da construção da usina acabavam de bater um *record*, que pertencia anteriormente a própria empresa. Permite-se pensar que

a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) a partir de 1966. A respeito desta questão ver: NOVA, Antonio Carlos Bôa. *op. cit.*, p.23

¹² ILHA TEM NOVO RECORD NA CONCRETAGEM. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 08 Abr. 1971, p. 07

¹³ CESP ORGANIZA EXÉRCITO DE TRABALHADORES. **O Barrageiro** Três Lagoas – MT, 07 Dez. 1966, p. 03

¹⁴ AQUI MORREM MENOS CRIANÇAS. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 03 Jul. 1971, p.02

¹⁵ CESP, O MAIOR CAPITAL DA AMÉRICA LATINA, **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 14 Ago. 1971, p.04

¹⁶ ILHA SOLTEIRA UMA CIDADE SUI-GENERIS, **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 13 Out. 1974, p.02

havia um interesse, implícito nesta notícia, de semear a ideia de que estes trabalhadores eram capazes de quebrar *record* atrás de *record*. E por trás deste anseio de motivar os trabalhadores também se faz presente outro desejo, o de que a obra não fosse interrompida, consolidando assim mais um elemento de controle.

A função deste jornal, enquanto mecanismo de controle por parte da empresa para com o trabalhador, pode ser observado nas diversas matérias que visavam combater o tabagismo e, sobretudo, o alcoolismo. De modo que a constante publicação de matérias acerca desta temática tinha a função de justificar a proibição da venda de bebidas alcoólicas em Ilha Solteira, observando que era uma proibição apenas na esfera local e que não podia ser contestada pelo fato do núcleo urbano ser administrado por um militar. Neste sentido, o alcoolismo era colocado como uma ferramenta a serviço do mal, como pode ser observado neste trecho extraído deste jornal, no dia 02 de outubro de 1971, sob o título de (Alcoolismo – Problema Global)¹⁷:

A humanidade já conhece – e usa – álcool há muitos mil anos. As bebidas alcoólicas são citadas nos primeiros livros bíblicos, nos pergaminhos gregos, egípcios e hindus. O álcool foi co-responsável por tremendos desastres históricos, como a destruição de cidades persas, por Alexandre Magno, embriagado, ou pelo incêndio de Roma [...]

Este jornal também tinha a função de mascarar o dito “impacto ambiental” gerado pela construção desta usina na bacia do rio Paraná, que provocou o desaparecimento de alguns saltos e cachoeiras na região. Para isto era vendida a ideia de que a construção da usina significaria progresso, como pode ser observado neste trecho do jornal de circulação local, do dia 20 de maio de 1971, cuja matéria apresentava o título de “Finalmente domado o grande rio”:

Quinze dias de ingentes e cautelosos trabalhos foram gastos na operação de remoção das ensecadeiras, e à medida que suas pedras e terra eram removidas, duas novas ensecadeiras iam surgindo no canal, lado a lado, cerca de 650 metros, e uma outra para isolamento do trecho por onde avançará a barragem de terra.

Ao ser completada a ensecadeira da montante, terça-feira última, o Sr. Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, Diretor Presidente da C.C. Camargo Correa S/A é um dos grandes nomes ligados às obras de

¹⁷ ALCOOLISMO: Problema Global. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 02 Out. 1971, p.05.

Urubupungá, foi carinhosamente distinguido e convidado pelos engenheiros e técnicos presentes para ser o primeiro homem a completar o percurso São Paulo - Mato Grosso via barragem de Ilha Solteira, e qual foi feito em poucos minutos numa caminhoneta 'veraneio'.

Ontem ao entardecer completava-se a vedação total das ensecadeiras, após o revestimento de terra usado para tapar os menores vãos do agrupamento das rochas.

Hoje pela manhã, iniciou-se a operação bombeamento dos mais ou menos 1.300.000 metros cúbicos d'água, que ficaram retidos entre as ensecadeiras [...] as bases do trecho de barragem que fará a ligação final do imenso paredão de Ilha Solteira, cuja conclusão é prevista para setembro de 1973¹⁸.

O que se pode notar neste trecho é que o homem se colocava como aquele que deveria intervir nas forças da natureza a qualquer custo, para garantir o progresso da “longínqua” região. De modo que esta intervenção do homem na natureza era uma constante nas páginas deste periódico, como posto na manchete do dia 09 de novembro de 1969, sob o título de “Promissão: Rio Tiête será domado outra vez”. Esta necessidade de “domar” a natureza, que colocava o homem enquanto o seu desbravador era uma ideia que se articulava muito bem com “atos de pioneirismo” que frequentemente também eram expostos, como na matéria em questão. O fato do Sr. Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, – que nada mais era do que o presidente da empreiteira responsável pela construção da usina – ter atravessado a ensecadeira com uma caminhonete transformava-se nas páginas deste jornal em um ato heróico, por este ter sido o primeiro homem a ter feito a travessia entre os estados de São Paulo e Mato Grosso naquela margem do rio.

Neste sentido, Gilval Mosca Froelich destaca que não houve nenhuma mobilização por parte da população, visando impedir a construção da usina. Segundo este autor a conformidade da população pode ser explicada pelo fato do que este projeto poderia representar para região, uma vez que um projeto de tamanha magnitude era visto como aquilo que iria alavancar o desenvolvimento das cidades no entorno da usina (FROELICH, 2001, p.24).

Mesmo quando o desenvolvimento parecia ser um sonho distante, como apresentado nas matérias dos grandes veículos de circulação nacional que apontavam o futuro incerto e alto número de demissões. Entretanto, o que se noticiava em Ilha Solteira era justamente o contrário, que os tempos bons

¹⁸ FINALMENTE DOMADO O GRANDE RIO. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 20 Mai. 1971, p. 01

ainda estavam por vir, como pode ser observado nestas manchetes: Futuro da cidade: comerciantes otimistas¹⁹; Ilha Solteira pode ser núcleo industrial²⁰; Desenvolvimento do interior a qualquer preço²¹; Toda a região contra "cidade presídio"²². E por fim, o jornal também procurava demonstrar que todas as esferas governamentais estavam atentas para garantir o melhor futuro para a cidade como exposto na matéria: Ilha Solteira: problema de todos que tem responsabilidade no Brasil²³.

Entretanto, o desenvolvimento que o jornal de circulação local procurava demonstrar estar a caminho nunca chegava. E na realidade o que se via era o contrário: a demissão de milhares de trabalhadores, em que, segundo dados da própria empresa²⁴, a população de Ilha Solteira, no início de 1972, era de 32.111 habitantes, no final do ano seguinte a população tinha sido reduzida a 25.949, e no final de 1977 a população havia sido reduzida a 22.752. Esta drástica redução de quase 10 mil habitantes em pouco mais de cinco anos demonstra que o sonho de um pólo de desenvolvimento regional fracassou juntamente com término da construção da usina. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Paulista de Promoção Humana²⁵ fora relatado como se deu o processo de dispensa dos funcionários da empresa:

O sistema de dispensa do pessoal que mora em Ilha Solteira tende ainda mais a agravar os problemas acima citados: Aos dispensados não se dá aviso prévio, paga-se somente o mês de aviso prévio. Uma vez dispensado, o chefe de família tem praticamente o prazo de uma semana para deixar a casa, tirar os filhos da escola, providenciar a mudança (para onde?) e encontrar um novo emprego, inexistente na região, encontrar

¹⁹ FUTURO DA CIDADE: comerciantes otimistas. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 20 Nov. 1971, p. 01

²⁰ ILHA SOLTEIRA PODE SER NÚCLEO INDUSTRIAL. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 29 Mai. 1971, p. 01

²¹ DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR A QUALQUER PREÇO. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 18 Dez. 1971, p. 03

²² TODA REGIÃO CONTRA CIDADE PRESIDIO. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 26 Dez. 1971, p. 01

²³ ILHA SOLTEIRA: problema de todos que tem responsabilidade no Brasil. **O Barrageiro**, Ilha Solteira – SP, 18 Ago. 1972, p. 01

²⁴ CESP. A cidade de Ilha Solteira: relatório dos cinco primeiros anos da área urbana. (s.l.),1974. *Documento encontra-se na caixa arquivo nº135 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.*

²⁵ Esta informação são apontadas num levantamento feito pelo I.P.P.H, sob encomenda da CESP. cf. Instituto Paulista de Promoção Humana: **Pesquisa sócio – econômica: Ilha Solteira e região de Urubupungá.** Lins-SP. 1983. *Documento encontra-se na caixa arquivo nº135 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.*

uma nova casa, uma nova escola para os filhos. Para a maioria dentre eles, que veio da zona rural, o retorno à terra é impossível.

A população dispensada das obras da usina de Ilha Solteira, geralmente era composta de trabalhadores de nível profissional mais baixo, em sua maioria constituída por pessoas originárias de um raio de 100 km. Em função da transformação na estrutura fundiária, já relatada, retornar ao campo era praticamente impossível, a saída geralmente encontrada era dirigir-se a região da grande São Paulo²⁶ e agravar ainda mais o problema do desemprego na capital do estado.

Em suma, em Ilha Solteira, por mais que a empresa responsável pela edificação do núcleo urbano fornecesse elementos como habitação, saúde, educação e lazer, esta sociedade se solidificou pautada numa forte discrepância entre os funcionários de níveis mais elevados e os de níveis inferiores, de modo que enquanto uns podiam apreciar “caviar preto e vermelho, com entrada de ananás com grisette de melão e salmão defumado e faisão da ilha com champignons e creme de milho verde, como pratos principais, e torta mil-folhas com frutas nacionais de sobremesa²⁷”, na companhia do presidente da república Emílio Garrastazu Médici, em seu clube o CAIS, - um clube capaz de atrair as principais “estrelas” da música nacional, enquanto isso a maioria dos trabalhadores tinha direito negado a “pinga”, bebida mais acessível aos trabalhadores de níveis mais baixos. Isso demonstra a forma assimétrica em que se constituíram as relações de poder em Ilha Solteira-SP, durante a construção da usina hidrelétrica.

FONTES

Documentos

CESP. *A cidade de Ilha Solteira: relatório dos cinco primeiros anos da área urbana.* (s.l.), 1974. *Documento encontra-se na caixa arquivo nº135 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.*

CESP. *Relatório anual de atividades de 1970.* (s.l.), [1971?]. *Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da*

²⁶ Idem, p.04

²⁷ A ENERGIA QUE VEM DE ILHA SOLTEIRA. **Revista Veja**, 23 Jan. 1974, p.68

UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

CESP. Relatório anual de atividades de 1974. (s./l.), [1975?]. Documento encontra-se na caixa arquivo nº137 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

CESP. Relatório anual de atividades de 1983. (s./l.), [1984?]. Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

COMISSÃO PRÓ-MANUTENÇÃO DE EMPREGOS: Carta á presidência da empresa. Ilha Solteira –SP [1990-3?]. Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

INTTITUTO PAULISTA DE PROMOÇÃO HUMANA: Pesquisa sócio – econômica: Ilha Solteira e região de Urubupunga. Lins-SP. 1983. Documento encontra-se na caixa arquivo nº135 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

PLANO gestor de construção do complexo urbano de Ilha Solteira. (s./l.), [1965-7?]. Documento encontra-se na caixa arquivo nº136 do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas. Referente aos relatórios administrativos, da administração especial de Ilha Solteira.

Periódicos

O BARRAGEIRO, Jornal. Ilha Solteira – SP, 1966 – 1974. A coleção deste periódico pode ser encontrada na sessão Barrageiros do Núcleo de Documentação Histórica da UFMS – Três Lagoas – MS

VEJA, Revista. Ed. Abril: São Paulo, 23 Jan. 1974.

Livro

CESP, Ilha Solteira: A cidade e a usina. Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, São Paulo, 1988.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Edições Graal: Rio de Janeiro. 23 ed., 2007.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert. E RABINOW, Paul. *Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-49.

FROELICH, Gival Mosca. *Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952 - 1992)*. São Paulo: Educ, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do Capitalismo: A política no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Edições Graal: Rio de Janeiro. 23 ed., 2007

NOVA, Antonio Carlos Bôa. *Percepções da cultura da Cesp*. São Paulo: Escrituras, 2000.

PELBART, Peter Pal. *A vida capital: Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SILVA, Patrícia Garcia da. *Representação do Brasil no Festival Nacional de MPB de Ilha Solteira: 1997 a 2004*. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.73-10.